

# **Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos**

*Bernardo Mançano Fernandes*

Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pesquisador do CNPq

✉ [bernardo@ippri.unesp.br](mailto:bernardo@ippri.unesp.br)

## RESUMO

Neste artigo, estudamos a construção do conhecimento e apresentamos nosso método para a análise da produção da geografia agrária brasileira, por meio de trabalhos apresentados desde o Congresso Brasileiro de Geógrafos de 2004 até o Encontro Nacional de Geógrafos de 2012, com algumas considerações sobre o Congresso Brasileiro de Geógrafos de 2014. Nosso objetivo é entender como os estudos brasileiros de graduação e de pós-graduação constroem o conhecimento sobre o campo brasileiro e sua questão agrária. Analisamos as mudanças temáticas no período, de acordo com o movimento da conjuntura da questão agrária, e identificamos a participação dos estudiosos brasileiros no debate paradigmático. Procuramos analisar as posturas dependentes de outras áreas do conhecimento e as autônomas, tanto de pesquisadores individuais como de coletivos de pensamento, por meio da construção de estilos de pensamento. Nos últimos dez anos, construímos um método e procedimentos metodológicos para analisar o avanço do pensamento na geografia agrária. Nosso trabalho consiste em analisar dados e conteúdos dos trabalhos apresentados nos eventos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a partir de pesquisadores individuais e de grupos de pesquisas, para a compreensão das mudanças recentes dos processos teórico e político dos temas agrários e da própria geografia. Este artigo não apresenta resultados conclusivos, mas o início do processo de uma pesquisa de longo prazo.

**Palavras-chave:** teoria, método, paradigma, geografia, questão agrária.

**Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014**

*Para citar este artigo:* FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

### **Paradigmatic territories: a preliminary reading of knowledge production in Brazilian agrarian geography from national meetings and Brazilian Congress Geographers**

***Abstract:** In this article, we study the construction of knowledge and we present our method to analyze the production of Brazilian agricultural geography, through the works presented since the 2004 Brazilian Congress of Geographers to the 2012 Geographers National Meeting, making some considerations for the 2014 Brazilian Congress of Geographers. Our goal is to understand how Brazilian studies undergraduate and post-graduate construct knowledge about the field and its Brazilian agrarian question. We have analyzed the thematic changes in the period, according to the movement of the agrarian question situation, and identify the participation of Brazilian scholars in the paradigmatic debate. We tried to analyze the dependent postures other area of knowledge and autonomous both by individual researchers and by collective thinking through the building styles of thought. Over the past decade, we have built a method and methodological procedures to analyze the progress of thought in agrarian geography. Our work is to analyze data and contents of the papers presented at events of Association of Brazilian Geographers, from individual researchers and research groups to understand the recent changes in the theoretical and political process of agrarian issues and the very geography. This article does not present conclusive results, but the beginning of the process of a long-term research.*

***Keywords:** theory, method, paradigm, geography, agrarian question.*

### **Territorios paradigmáticos: una lectura preliminar de la producción del conocimiento en la geografía agraria brasileña de las reuniones nacionales y de los Congresos Brasileños de Geógrafos**

***Resumen:** En este artículo, se estudia la construcción de conocimiento y presentamos nuestro método para analizar la producción agrícola de la geografía brasileña, a través de las obras presentadas desde el Congreso de Geógrafos Brasileños de 2004 a la Reunión Nacional de Geógrafos de 2012, haciendo algunas consideraciones para el Congreso de Geógrafos Brasileño de 2014. Nuestro objetivo es entender cómo los estudios brasileños de pregrado y post-gradado producen el conocimiento sobre el campo y su cuestión agraria. Hemos analizado los cambios temáticos en el período, de acuerdo con el movimiento de la coyuntura de la cuestión agraria, e identificar la participación de estudiosos de Brasil en el debate paradigmático. Tratamos de analizar las posturas que dependen de otra área del conocimiento y los autónomo tanto por investigadores individuales y por el pensamiento colectivo a través de los estilos de construcción de pensamiento. Durante la última década, hemos construido un método y procedimientos metodológicos para analizar el progreso del pensamiento de geografía agraria. Nuestro trabajo consiste en analizar los datos y el contenido de los trabajos presentados en los eventos de la Asociación de Geógrafos Brasileños, de los investigadores y grupos de investigación para comprender los recientes cambios en el proceso teórico y político de las cuestiones agrarias y la propia geografía. Este artículo no presenta resultados concluyentes, pero el comienzo del proceso de una investigación a largo plazo.*

***Palabras clave:** teoría, método, paradigma, geografía, pregunta agraria.*

## **Introdução**

Neste artigo, apresentamos os resultados preliminares, o nosso método de análise e os procedimentos metodológicos de dois projetos de pesquisa em realização, no período de 2014 a 2018, e divulgamos uma primeira leitura sobre trabalhos de eventos científicos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Nosso objetivo é acompanhar o movimento do processo de construção do conhecimento que possibilita compreender o avanço da ciência geográfica na sua relação imaterial/material/imaterial – ou seja, pensamento/ação/pensamento –, que ocorre pela materialização do conhecimento em políticas públicas de desenvolvimento e transformam (criam/produzem/destroem) espaços e territórios, gerando novos conhecimentos.

Observamos, neste artigo, as mudanças temáticas que ocorreram entre o Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) de 2004 e o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) de 2012, fazendo alguns apontamentos sobre o Congresso Brasileiro de Geógrafos de 2014. Identificamos a participação de uma parte da geografia agrária brasileira no debate paradigmático, apesar de esta continuar mantendo uma postura dependente de outras áreas do conhecimento. Este artigo não apresenta resultados conclusivos, mas o início do processo de uma pesquisa de longo prazo, por meio de um coletivo de pensamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente, e da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, do Instituto de Políticas Públicas da Unesp, campus de São Paulo.

Na primeira parte, apresentamos nossa proposta de pesquisa e o convite da AGB para analisarmos os trabalhos de geografia agrária. De fato, já tínhamos o propósito de fazer tal análise, mas o convite da AGB reforçou nossa proposta, que objetiva um estudo comparativo temático, teórico e político das geografias brasileira, latino-americanas e estadunidense. Na segunda parte, procuramos esboçar as leituras iniciais de um primeiro mapa do pensamento da geografia agrária nos ENGs e CBGs. Nos últimos dez anos, construímos um método e procedimentos metodológicos para analisar o avanço do pensamento na geografia agrária. Nosso trabalho consiste em analisar dados e conteúdos de trabalhos apresentados nos eventos da AGB, a partir de pesquisadores individuais e de grupos de pesquisa, a fim de compreender as mudanças recentes

dos processos teórico e político dos temas agrários e da própria geografia.

Na terceira parte, apresentamos o debate paradigmático: a questão agrária e o capitalismo agrário, que são as principais referências para se compreender o processo de desenvolvimento da agricultura no mundo. A partir de teóricos clássicos e contemporâneos, debatemos as visões de mundo e os estilos de pensamento dos autores e autoras que apresentaram trabalhos, nos últimos dez anos de eventos da AGB. Na última parte, que intitulamos “Chegando no território: os territórios paradigmáticos”, apresentamos nossas leituras sobre a tipologia e a materialidade e imaterialidade do território. Voltando à primeira parte, consideramos o texto lido como um território imaterial, daí o título territórios paradigmáticos. Um texto sempre é muito importante, pois, nele, o autor procura expressar suas ideias e interpretações de diversas realidades, espaços e territórios. O texto é o ponto de partida para a transformação da realidade que produz tantos textos. Desconstruí-lo é nossa razão, para ampliarmos suas leituras. Afinal, textos são leituras, muitas leituras.

### **Uma leitura preliminar a partir dos eventos científicos**

Este artigo foi elaborado para a mesa de abertura do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Vitória (ES), de 10 a 16 de agosto de 2014, e seu primeiro título foi “A AGB e a produção científica da geografia brasileira: geografia agrária”. Agradecemos ao professor Renato Emerson dos Santos, então presidente da AGB, pelo convite para participarmos daquela mesa e pela publicação deste artigo, cuja proposta é a análise dos artigos publicados nos anais dos encontros nacionais de geógrafos e dos congressos brasileiros de geógrafos. No convite, colocavam-se algumas questões que serviram de referências para nossa análise, entre elas:

- *O que há de novo na geografia brasileira? Novo teórico, novo empírico?*
- *Quais as suas tendências? Quais as hegemonias? Teóricas, políticas?*
- *É possível falar de “correntes de pensamento” ou o que temos são “agendas de pesquisa”?*
- *Como a AGB organiza as produções ou os temas, em cada evento?*

O convite para a participação na mesa de abertura do congresso de 2014 veio ao encontro de dois projetos do Núcleo de Estudos, Pesquisas e

Projetos de Reforma Agrária (NERA),<sup>1</sup> vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP (área de concentração: Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe), campus de São Paulo, e também à Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, na qual estamos desenvolvendo os projetos de pesquisa “Territórios paradigmáticos da geografia agrária: unidade, diversidade e diferencialidade” e “Mapa do pensamento da geografia agrária”.

Nestes dois projetos, estamos analisando os textos dos eventos científicos por meio do *debate paradigmático*, que é, simultaneamente, um procedimento metodológico e um método de análise. O debate é a condição imprescindível para o diálogo entre diferentes visões de mundo, correntes teóricas e paradigmas. Pelo debate, analisamos a *produção do conhecimento na geografia agrária*<sup>2</sup> por meio de coletivos de pensamento e suas influências na elaboração de políticas públicas e nas instituições que as executam (governo, agronegócio, movimentos camponeses, por exemplo). Nesta concepção de pesquisa, partimos do seguinte parâmetro: os conhecimentos são produzidos segundo diferentes intencionalidades, que, por meio de políticas, transformam a realidade e promovem a construção e a produção de novos espaços e territórios – e, portanto, de novos conhecimentos. Não faltam textos geográficos, filosóficos, teóricos e políticos que confirmem este processo, mas o mais importante é acompanhar e interpretar o movimento do processo, para não ficar apenas descrevendo-o.<sup>3</sup>

O acompanhamento do movimento do processo de construção do conhecimento permite compreender o avanço da ciência geográfica na sua relação imaterial/material/imaterial – ou seja, pensamento/ação/pensamento –, que ocorre pela materialização do conhecimento em políticas públicas que transformam (criam/produzem/destroem) espaços e territórios, gerando novos

---

<sup>1</sup> Ver [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera).

<sup>2</sup> A geografia agrária é nosso objeto de estudo, mas, com este procedimento e método, podemos analisar todas as áreas do conhecimento.

<sup>3</sup> Sobre este processo, há dois escritos clássicos de Lacoste e Kayser sobre o trabalho de campo, embora os artigos sejam mais amplos e estejam discutindo para quem serve a pesquisa. Poucos pesquisadores se preocupam com esta questão, e, neste artigo, queremos reforçar que as pesquisas, como parte do processo de construção do conhecimento, sempre servem a um determinado objetivo (que nunca é neutro), estão dirigidas para o desenvolvimento territorial e podem ampliar ou minimizar as desigualdades.

conhecimentos. O processo de produção do conhecimento pode ser feito por um(a) pesquisador(a) solitário(a), o que aconteceu, na maior parte das vezes, nos textos que analisamos. Mas também observamos que, cada vez mais, há grupos de pesquisa e redes de grupos de pesquisa que formam coletivos de pensamento. Tanto pesquisadores solitários quanto grupos de pesquisa formam coletivos de pensamento que podem ser identificados por meio das intencionalidades, dos conceitos, dos métodos, do referencial bibliográfico, das correntes teóricas, dos paradigmas etc., produzindo estilos de pensamento ou paradigmas. Neste ponto, é fundamental explicar que o coletivo e o estilo de pensamento são o paradigma, sendo, portanto, material e imaterial.

A identificação dos paradigmas, ou coletivos e seus estilos de pensamento, pode ser feita por meio das análises dos trabalhos escritos e das ações dos grupos ou pesquisadores solitários, suas práticas e manifestações. Portanto, vale alertar que os coletivos de pensamento nem sempre organizam o trabalho coletivo. Somente os núcleos, grupos e laboratórios de pesquisas podem desenvolver o trabalho coletivo ao envolverem alunos de graduação, de pós-graduação, professores, pesquisadores e afins, ou seja, todos os trabalhadores do conhecimento com uma posição política e teórica definida, sempre abertos ao debate, porque ele é imprescindível para a identidade paradigmática. Iniciamos esta pesquisa envolvendo vários pesquisadores de todos os níveis e em rede, organizando, assim, um coletivo de pensamento por meio do trabalho coletivo para produzir um estilo de pensamento, criando uma identidade paradigmática.

Este coletivo está realizando, simultaneamente, várias fases da pesquisa. Na primeira, a partir dos anais dos eventos, são selecionados e organizados em pastas os trabalhos de geografia agrária. Depois, é elaborada uma planilha Excel com informações e dados dos artigos para análise. Na terceira fase, os textos são lidos seguindo um pré-roteiro para sua interpretação de acordo com os parâmetros do debate paradigmático. De modo que há pessoas trabalhando na seleção dos textos, na elaboração da planilha com informações básicas para a análise destes e na sua leitura, a partir das referências do debate paradigmático. As possibilidades de leitura são múltiplas, e as que escolhemos fazem parte de nossa intencionalidade. Esta leitura é, portanto, a contribuição do NERA para pensar o pensamento da geografia agrária.

Nos projetos de pesquisa “Territórios paradigmáticos da geografia agrária: unidade, diversidade e diferencialidade” e “Mapa do pensamento da

geografia agrária”, estamos organizando trabalhos de geografia agrária apresentados, nos últimos dez anos, nos seguintes eventos científicos:

- 1 - *Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG)*;
- 2 - *Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)*;
- 3 - *Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (SINGA)*;
- 4 - *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE)*.

Depois de analisar e comparar os eventos nacionais, pretendemos analisar os trabalhos de geografia agrária apresentados no Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) e na Reunião Anual da Association of American Geographers (AAG), de modo a termos uma análise escalar continental. De fato, esta é uma pesquisa ampla, para cinco anos, que deverá ser contínua a fim de se manter atualizado o mapa do pensamento geográfico sobre os temas agrários, rurais, agrícolas, do campo etc.

A construção do debate paradigmático começou há uma década, no NERA, que, como um coletivo de pensamento, decidiu produzir seu próprio estilo de pensamento. Já produzimos três teses de doutorado (Felício, 2011; Campos, 2012; Camacho, 2013), uma tese de livre-docência (Fernandes, 2013) e vários artigos e capítulos de livros, que podem ser encontrados, em versão digital, na página do NERA na internet ([www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)).

### **Esboçando um primeiro mapa do pensamento da geografia agrária nos ENGs e CBGs**

Nesta parte, mostramos resultados preliminares das análises dos trabalhos apresentados nos eventos da AGB, sendo CBG 2004 e ENGs 2006, 2008, 2010 e 2012, e estamos organizando em pastas os trabalhos de geografia agrária apresentados no CBG 2014. Para os cinco primeiros eventos, selecionamos os artigos, elaboramos as planilhas e realizamos as primeiras leituras, de modo a apresentarmos uma interpretação que, embora parcial, nos permite observar as tendências e os movimentos do processo de construção do conhecimento na geografia agrária a partir dos ENGs. O método do debate paradigmático nos possibilita comparar temas, conceitos, referenciais teóricos e, sobretudo, as posturas políticas dos coletivos e seus estilos de pensamento. A possibilidade de

comparação da participação dos estilos de pensamento entre os eventos pode nos trazer novos conhecimentos sobre as tendências da geografia agrária.

Para esta etapa de análise dos trabalhos do ENG, a equipe de pesquisadores foi formada por Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva, Hugo de Almeida Alves, Karin Gabriel Silva Moreno de Souza, Lara Cardoso Dalperio, Lorena Izá Pereira, Michele Martins Ramos, Renan Coelho da Silva e Ruan Felipe Belzi Corrêa, sob a coordenação de Janaína Francisca de Souza Campos Vinha e Bernardo Mançano Fernandes. Foram selecionados e organizados em pastas e planilhas para leitura e análise 1.356 trabalhos, dos quais 997 foram analisados, correspondendo a 74% do total. Estes trabalhos foram organizados em planilhas na seguinte ordem, como apresentado no Quadro 1:

**Quadro 1 – Dados dos artigos de geografia agrária**

Número:	
Título:	
Autoria:	
Nível	
Evento:	
Ano:	
Eixo temático	
Universidade:	
Curso	
Grupo de pesquisa:	
Estado	
Região	

Nesta fase de elaboração das planilhas, temos um conjunto de dados para ser analisado, como a participação das universidades, dos cursos, dos grupos de pesquisa e/ou pesquisadores(as) por nível (graduação e pós-graduação), por ano, estado e região, a predominância e as mudanças de temas dos artigos e eixos temáticos, entre outros. Ainda estamos lendo os trabalhos completos, e não incluímos as mesas-redondas (o que faremos). Além de organizar os textos e extrair os dados, também “entramos no texto” durante a leitura. “Entrar no texto” significa lê-lo atentamente, quantas vezes forem necessárias, a partir de um conjunto de referências do debate paradigmático e da compreensão do texto como território imaterial, apresentado no Quadro 2:



## Quadro 2 – Referências do debate paradigmático

Tema	Conceitos	Método	Influências	Interpretação	Paradigma
Identificar os temas principal e secundários	Identificar os conceitos principais e secundários	Qual a leitura que o autor faz do objeto?  Que visão tem do objeto?	Há influências de autores e de outras áreas do conhecimento?	A interpretação pode ser classificada como:  autonomia de interpretação;  interpretação subalterna	Identificar se é PQA ou PCA

Para uma leitura atenta e profunda, é necessário desconstruir o texto. Desconstruir, segundo Derrida (2002), significa realizar uma leitura interpretativa dos conteúdos dos artigos dialogando com a interpretação da autoria do texto. Estamos partindo do pressuposto de que a interpretação dos(as) autores(as) do texto é uma leitura com a qual o leitor pode concordar ou não. Esta relação de concordância ou discordância, total ou parcial, é realizada pelo diálogo entre o leitor e o autor. Desconstruir significa outra leitura. Não significa destruir o texto, mas valorizá-lo, retirando do texto todo o seu potencial explicativo, o dito e o não dito. Desconstruir, para Derrida, não é um método ou, tampouco, uma metodologia. É um ato, tão somente – que também pode ser desconstruído, assim como este artigo. O texto precisa ser lido por vários pesquisadores para que o debate paradigmático se realize, pois o debate acontece entre o autor e os leitores que apresentarão suas leituras.

O texto precisa ser visto como um mapa, como uma totalidade em si, como um território imaterial. A importância do texto está em sua essência, no esforço dos(as) autores(as) de procurar interpretar o objeto de estudo, para tentar explicá-lo, sabendo sempre que há outras leituras, mas defendendo com rigor e compromisso a leitura feita. Visto como território imaterial e como mapa, o texto torna-se objeto do debate paradigmático, em que o pesquisador-leitor explora todos os espaços possíveis para encontrar os sentidos explicativos e suas direcionalidades, suas intencionalidades. A escolha do objeto explicita uma intencionalidade, e o caminho para interpretá-lo idem. Assim se chega a uma interpretação que nunca é definitiva, que está posta ao debate, para os leitores a desconstruírem, gerando outras interpretações e diálogos, conflitos e diferenças.

Neste processo de desconstrução do texto como território imaterial, preservamos as interpretações de acordo com as autorias, mas também realizamos as nossas, por meio do diálogo das diferenças. Nem todas as referências da leitura do debate paradigmático geram diferenças no diálogo leitura-autoria. Como apresentado no Quadro 2, as referências são: a identificação dos temas principal e secundários, por meio da análise dos objetos de pesquisa; o exame dos conceitos principal e secundários, que ajudam na identificação do método, para conhecer melhor a visão e a postura do autor frente ao objeto; a observação das influências de autores de outras áreas do conhecimento para discutir a relação entre o saber geográfico e outros saberes (afinal, se entendemos o texto como um território imaterial, este precisa ter autonomia de leitura, e, por isso, analisamos se há autonomia de interpretação ou interpretação subalterna, quando identificamos que a participação do referencial teórico na explicação do objeto é predominante e a leitura do autor é secundária); e, por fim, a identificação da tendência teórico-política a partir dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

Os dados apresentados no Quadro 3 são preliminares e ainda estão em análise, mas são uma amostra do nosso trabalho em continuação, cujos resultados pretendemos publicar na revista Terra Livre. O primeiro ponto que nos chamou a atenção foi a predominância de estudos de caso. Isto está relacionado ao fato de a maior parte dos trabalhos ser de graduação (entre 60 a 80%), enquanto os de mestrado colocam-se entre 15 a 20% e os de doutorado, entre 5 a 20%.

**Quadro 3 – Números absoluto e relativo dos textos do CBG 2004 e nos ENGs 2006/2008/2010 e 2012 por nível.**

Nível	2004	2006	2008	2010	2012
G	85 = 63%	39 = 60%	121 = 74%	162 = 80%	240 = 77%
M	26 = 20%	11 = 17%	11 = 15%	27 = 14%	42 = 14%
D	24 = 17%	15 = 23%	15 = 11%	13 = 6%	19 = 9%

Existem poucos estudos regionais, e são raríssimos os internacionais, o que demonstra o forte caráter endógeno da geografia agrária brasileira, com

parcos artigos mesmo com a América Latina. Em uma rápida leitura dos trabalhos do CBG 2014, observamos trabalhos sobre a África – o que pode vir a constituir novos temas, nos próximos eventos (em parte, talvez, por causa dos editais Pró-África)<sup>4</sup>. Por outro lado, identificamos o aumento da participação de trabalhos produzidos em grupos de pesquisa, a cada ano. Este será um objeto de análise à parte, para dar continuidade à pesquisa de Campos (2012).

A maior parte dos textos analisados dedicou-se aos temas clássicos de estudos da geografia agrária, como a agricultura camponesa familiar, a agricultura capitalista, o agronegócio, a luta pela terra, a reforma agrária, as commodities (cana, soja, carne), o desenvolvimento da agricultura, o trabalho, a teoria e o método, a relação campo-cidade. Comparando os temas atuais com o estudo realizado por Fernandes (1999), há alguns que vêm diminuindo sua participação, como o trabalho assalariado, a pluriatividade e a migração, bem como também surgiram novos temas, tais quais os megaprojetos, a agroenergia, a agroecologia, as políticas públicas, a educação no campo, a água, os quilombos e a estrangeirização da terra (avanço do capital internacional). Este último tema citado não é novo, mas ganhou destaque com o aumento da compra de terras por estrangeiros devido à crise alimentar provocada pela expansão de commodities para a produção de energia.

Esta análise preliminar mostrou que a geografia agrária brasileira, apesar do forte componente endógeno e da baixíssima participação de bibliografia estrangeira, acompanha as mudanças conjunturais da questão agrária. Esta condição deve-se à sua permanente atualização temática, ou seja, os pesquisadores brasileiros acompanham as mudanças da realidade agrária.<sup>5</sup> As primeiras leituras dos artigos também mostraram que a geografia agrária brasileira ainda é dependente da produção teórica de outras áreas do conhecimento, como a economia, a antropologia e a sociologia (este será o tema de um artigo específico que escreveremos, em breve). Embora tenhamos produção teórica geográfica, esta não é predominante nos trabalhos. O pensamento geográfico ainda é secundário, na maior parte dos textos analisados. A produção ainda é centrada nos cursos do Centro-Sul, de onde vem a maior

---

<sup>4</sup> Edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). A esse respeito, ver <http://www.cnpq.br/web/guest/proafrica>.

<sup>5</sup> Estamos trabalhando sobre o debate temático referente ao agrário na geografia agrária, para discutirmos se temos uma geografia agrária e uma geografia rural, uma geografia da agricultura e uma geografia do campo.

parte dos trabalhos, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Respondendo às perguntas formuladas pelo presidente da AGB, no convite para a mesa-redonda do VII CBG, a geografia agrária brasileira possui correntes teóricas, porque se faz no contexto do debate paradigmático, e a participação de cada paradigma reproduz, na geografia, o mesmo debate que acontece na sociologia, na economia e nas ciências em geral, embora, como afirmamos, o método geográfico perca espaço para os métodos e procedimentos metodológicos de outras áreas do conhecimento. As matrizes teóricas hegemônicas ainda são as do Centro-Sul brasileiro, e a AGB organiza os temas de acordo com agenda de pesquisa pautada pelas transformações das realidades agrárias e por instituições, como governo, corporações e movimentos socioterritoriais. Por fim, vale salientar que parte dos trabalhos não segue as normas da AGB e está incompleta. Esta condição fez com que fossem descartados alguns trabalhos em nossa análise.

### **O debate paradigmático: a questão agrária e o capitalismo agrário**

O debate paradigmático é, primeiro, uma proposta para se compreender os pensamentos que defendem os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa. O ponto de partida para o debate paradigmático é a intencionalidade. O que nos conduz ao debate é tanto a intenção de defendermos nossas visões de mundo, nossos estilos de pensamento, referenciais teóricos, paradigmas e posições políticas, quanto a de conhecer outras posições teórico-políticas e suas visões de mundo, respectivos estilos de pensamento e distintos paradigmas. Mesmo não tendo noção dos paradigmas e suas tendências, os trabalhadores intelectuais transitam por esses territórios epistemológicos, em que a filosofia e a ciência se encontram (Japiassu, 1979). Os territórios epistemológicos são campos da política e da liberdade, como nos lembrou Arendt (1998). A intencionalidade é manifestada de diversos modos: pela ação cognitiva, pela percepção, pelas linguagens, práticas etc. (Searle, 1995). Ao mesmo tempo em que ação cognitiva é produtora de territórios imateriais, a ação prática é produtora de territórios materiais. Esta relação tempo-espaço, a partir das ações cognitivas e práticas, cria a conexão entre o pensamento e a realidade, o conhecimento e o fato. Este processo é um movimento que possui diversas direções expressando diferentes intencionalidades, como também é uma espécie de trilha entre o sujeito e o objeto (Santos, 1996, p. 74). Este processo-movimento-dirigido é a práxis (Vázquez, 2007), que ninguém pode evitar, pois

qualquer ato é revelador de ação, tanto a proposição quanto a negação.

O processo de construção do conhecimento é uma práxis intelectual e política que, por meio de coletivos de pensamento, se organiza para produzir seus estilos de pensamento, seus paradigmas (Fleck, 2010; Kuhn, 1978). Nenhum trabalhador intelectual está fora deste processo, nem os que trabalham em grupos de pesquisas, em redes nacionais e internacionais, e nem mesmo aqueles que trabalham sozinhos. É por meio da práxis intelectual que adentramos nos territórios das teorias, conduzidos pelo método, utilizamos conceitos produzidos e produzimos outros. A discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque traz à luz as intencionalidades dos pensadores e revela suas posições políticas.

Somente é possível realizar o debate paradigmático àqueles que estão abertos ao diálogo, para melhor compreensão das razões. Nossa opção pelo método materialista dialético significa ter uma posição definida nos territórios imateriais formados pelos paradigmas. Estes são formados por teorias, que são pensamentos de referências organizados em correntes teóricas, ou seja, que fazem as interpretações dos fatos, o que implica necessariamente ter uma postura política diante dos mesmos e não ignorar as outras posturas científicas e políticas, como rotineiramente acontece quando um paradigma é hegemônico dentro da academia e/ou de instituições.

Na geografia, uma referência que temos para este debate é o capítulo de livro “Questões teóricas sobre a agricultura camponesa” (Oliveira, 1991, 45-9), que apresenta três grupos de autores e suas visões sobre o desenvolvimento da agricultura. O primeiro grupo entende que o campesinato seria destruído pela diferenciação produzida pela integração ao mercado capitalista ou pela modernização do latifúndio, que levaria as relações não capitalistas à extinção. O segundo grupo compreende que a destruição das relações culturais e comunitárias – provocada pelo individualismo gerado pela economia de mercado – levaria à proletarianização. O terceiro acredita que o campesinato é criado e recriado pelo capitalismo. Oliveira (1999, p. 63) afirma que “discutir a geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro abre perspectivas para discussões profundas sobre o rumo que o Brasil está trilhando” e que discutir este tema “é função básica da produção acadêmica. Discernir entre o político, o ideológico e o teórico é igualmente tarefa da reflexão intelectual”. É isto que discuto, neste artigo: discernir para conhecer melhor os sentidos, sem

desconhecer suas relações intrínsecas e implicações com a elaboração e a execução das políticas públicas.

A primeira vez que manifestamos, em forma de texto, nossa leitura sobre o debate paradigmático foi em Carvalho (2005, p. 23-5), quando apresentamos as primeiras ideias de paradigmas. As teses recentes de Felício (2011), Campos (2012), Camacho (2013) e Fernandes (2013) são contribuições fundamentais para o avanço desta proposição, inaugurada há uma década, com o objetivo de analisarmos melhor os pensamentos, as políticas e os territórios produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura. O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e/ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. Para tanto, eles selecionam e manipulam um conjunto de constituintes (elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc.), de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar – e, evidentemente, sempre respeitando a coerência e o rigor teórico-metodológico.

Nas leituras sobre o desenvolvimento e as transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criados pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Estas leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc. Por esta razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação da teoria que sustenta a elaboração até a execução da política é fundamental. A construção dos paradigmas foi realizada a partir da seleção de referenciais teóricos e suas leituras a respeito das condições de existência do campesinato no capitalismo, os problemas e as perspectivas de superação ou manutenção. Estas condições são discutidas neste artigo segundo o trabalho intelectual para representar seus estilos de pensamento na defesa de diferentes modelos de desenvolvimento do campo. Este mesmo princípio é utilizado para discutir as posturas de diversas

instituições como: os governos em diferentes escalas (federal, estadual e municipal), as corporações do agronegócio (nacional e multinacional) e os vários movimentos camponeses. Estas posturas podem ser analisadas por meio dos documentos publicados e das manifestações das organizações.

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (Fernandes, 2008). O paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista, que tem como ênfase as relações capital-trabalho e vê o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; e a campesinista, que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital.

Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural que pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nesta lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento deste paradigma (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes: a da agricultura familiar, que acredita na integração ao capital, e a do agronegócio, que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo, e, para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

Esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro, realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas empresas e organizações do agronegócio e pelos movimentos camponeses. Na atualidade, as organizações mais influentes do agronegócio são: a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Entre as organizações camponesas, estão: a Via Campesina, formada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). O governo federal pode ser representado pelos dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entre as universidades mais influentes nas questões do campo, destacamos a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nas figuras a seguir, apresentamos as ideias com os logotipos das instituições, inclusive dos partidos políticos, como forma de ilustrar o debate paradigmático e as disputas sobre tais questões.

**Figura 1 – Elementos das tendências paradigmáticas**





**Figura 2 – Posição das instituições no debate paradigmático**



A análise do debate paradigmático também contribuiu para uma postura crítica em relação às atitudes dos governos. A partir das políticas de governos, por meio de seus documentos, pode-se ler suas tendências políticas e formular proposições para mudá-las. O paradigma do capitalismo agrário é hegemônico, e o grande desafio do paradigma da questão agrária é formular propostas para criar novos espaços que possibilitem a construção de planos de desenvolvimento para o campesinato. Neste ponto, necessita-se desconstruir o conceito de políticas públicas mediante a compreensão das conflitualidades geradas pelas disputas por modelos de desenvolvimento, para compreender se são políticas de subordinação ou políticas emancipatórias.

Estes são os referenciais do debate paradigmático para a análise dos textos, cuja leitura realizamos com cuidado para retirar deles os elementos necessários ao debate. Encontramos, em todos os textos, os elementos dos paradigmas, o que possibilitou compreender que a participação do paradigma da questão agrária e a do paradigma do capitalismo agrário são equivalentes. Este fato nos levará a analisar os caminhos recentes da geografia crítica.

### **Chegando no território: os territórios paradigmáticos**

Iniciamos nossas reflexões teóricas sobre o conceito de território tomando como referências os trabalhos de Oliveira (1991 e 1999), e compreendendo-o como totalidade, como síntese contraditória. A partir de Lefebvre (1991), Raffestin, (1993) e Santos (1996), analisamos tanto as diferenças e relações entre espaço e território quanto suas multidimensionalidades. Além de Haesbaert (2004), os escritos de Souza (1995 e 2006) e Saquet (2007) foram referências para compreendermos as articulações e as multidimensionalidades dos diferentes tipos de território. Com Gottmann (1973), pudemos reler o processo de colonização pelos impérios, no século XIX, e a leitura deste autor sobre a importância do território neste contexto, com destaque para a questão da soberania. Todavia, o referido autor, assim como a maior parte dos geógrafos, também se propôs a compreender o território como espaços de governança, o que não foi suficiente para nossas análises, pois a escala das disputas territoriais que analisamos estava inserida nos territórios das nações. É evidente que os territórios das nações estão em disputa, mas esta compreensão é insuficiente para se entender as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio. As escalas territoriais das disputas são nossa principal preocupação para superar a ideia de espaço de governança, que domina a maior parte das concepções de território, na geografia e fora dela.

Para construir uma compreensão das escalas das disputas, utilizamos como ponto de partida a ideia de “frações do território”, de Oliveira (1991), para analisarmos o processo de monopolização do território camponês pelo agronegócio e a territorialização do capital. Outro autor que contribuiu para esta ideia foi Delaney (2005), em quem encontrei uma discussão sobre território e propriedade, e, recentemente, em Paulino e Almeida (2010) e Elden (2010 e 2013), discussões sobre terra, terreno e território. Há três elementos essenciais nestas discussões sobre terra, território e propriedade: a síntese contraditória, a multidimensionalidade e a multiescalaridade. Lembramos que, nos trabalhos de Haesbaert (2004) e Saquet (2007), encontramos diferentes perspectivas, amplitude, abordagens e concepções de território, mas, nesta reflexão, vamos nos limitar a pensá-lo a partir de suas múltiplas escalas, definidas por relações de poder, o que lhe garante sua permanência e indefinição. Nesta concepção de território, o entendemos como espaço apropriado por relações sociais, que o produzem em sua multidimensionalidade. Este território também é fragmentado, e uma de suas frações é a propriedade da terra.

Quando se aborda o território segundo esta concepção, há dois pressupostos que precisam ser considerados: que o conceito de território não deve ser pensado como uno, mas, sim, como totalidade, por meio de suas múltiplas escalas e dimensões; e que a terra é a base do território, sendo espaço limitado por relações de poder, sob a forma de propriedade, que se constitui em fração do território disputada por distintos interesses das classes sociais (Fernandes, 2008; Elden, 2010). É dentro destes espaços que se produzem diferentes relações e classes sociais, construindo-se diferentes territórios e territorialidades. Espaços, relações, classes e territórios são conceitos inseparáveis, pois a destruição de uma classe significa o desaparecimento de seu território e vice-versa. No desenvolvimento da agricultura, há uma permanente disputa territorial por causa dos interesses do campesinato, do agronegócio e dos governos. Mas não há somente disputas entre campesinato e agronegócio. Há também disputas entre camponeses, entre camponeses e indígenas e entre indígenas e agronegócio.

Nos escritos que citamos como referências deste tema e em nossas pesquisas no NERA, trabalhamos a ideia de tipologia de territórios em diferentes escalas a partir de distintas relações: o primeiro território é o espaço de governança, tendo o Estado como instituição fundamental e os governos como gestores principais. O primeiro contém o segundo e o terceiro territórios. A propriedade é uma referência que usamos como exemplo de segundo território, mas não nos limitamos aos vários tipos de propriedades, porque os segundos territórios são formados dentro do primeiro e também por meio de relações de poder, sendo, portanto, frações do primeiro. O terceiro território é um espaço relacional, considerado mediante suas conflitualidades. É fluxo e, portanto, se move sobre os segundos territórios, assim como sobre o primeiro. Talvez o terceiro território represente melhor a definição de poder como potencial de ação, que pode se manter ou se diluir de acordo com a organização das relações sociais (Arendt, 1981, p. 212). Enquanto o primeiro e o segundo são fixos, o terceiro território é fluxo, mas estas não são as únicas qualidades dos territórios: seu uso implica em outras propriedades, assim como seu estado físico e material contém a imaterialidade que o produz. A produção do território imaterial parte de uma ideia situada tanto num ponto no estilo de pensamento, que é um espaço imaterial, quanto num ponto do espaço geográfico, que é o território material.

Talvez o último segmento do parágrafo anterior possa ter confundido o

leitor quanto ao que seja espaço e o que seja território. Santos (2004, p. 34) recusava “o debate da diferença entre espaço e território”. Já Raffestim (1993, p. 144) afirmava que “o espaço preexiste a qualquer ação” e Lefebvre (1991, p. 102) que “o espaço social é a materialização da ciência humana”. Entendemos que o espaço contém o território, e que ambos são produzidos pelas relações sociais que os produzem. Para se trabalhar com estes conceitos nos territórios do debate paradigmático, é preciso compreender que “todo conceito tem um contorno irregular, definido pela cifra de seus componentes” (Deleuze e Guattari, 1992, p. 27). Estas leituras são mais bem compreendidas no sentido da imprescindibilidade do debate paradigmático (Felício, 2011). Compreendemos que território imaterial é um estado do território material, de modo que não é outro tipo, mas que possui seus próprios tipos. Esta compreensão dialoga com a leitura de Saquet:

O território pode ser pensado como um texto num contexto, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o ser e o nada, (i)materialmente. É desconstruído e reproduzido, num único processo (Saquet, 2007: 163).

Esta reflexão é parte de nosso ato intelectual de contribuir para o estilo de pensamento que defendemos. Não termina aqui. Talvez, nem termine, porque é um movimento.

### **Considerações finais**

Os territórios paradigmáticos são textos e ideias bem definidos, rigorosamente demarcados no campo do saber, e que não se limitam ao abstrato, porque são propositivos para a transformação da realidade. Não há textos incógnitos: todos representam posturas teórico-políticas e devem ser analisados como tal. Infelizmente, a maior parte dos autores despreza os métodos e os paradigmas, embora não possam – nunca – estar fora deles. O pensamento científico exige o debate paradigmático. Encontrar este debate nos textos apresentados em eventos científicos é o nosso objetivo, para darmos a conhecer as tendências da geografia agrária em diversas escalas e suas contribuições, seus erros e acertos, no saber e na política.

Neste artigo, o leitor encontrou apenas um esboço de nossa proposta, mas, com certeza, teve uma visão integral do que estamos fazendo. Então, convidamos os interessados em acompanhar o processo de construção do

conhecimento na geografia agrária para que venham compartilhar conosco esta pesquisa. A amplitude da pesquisa nos permite formar um grande coletivo de pensamento, por meio de grupos de pesquisa, organizados em rede, para podermos dar conta de mais de dez mil trabalhos. As pesquisas solitárias, a da graduação, a do mestrado e a do doutorado são uma possibilidade, mas a pesquisa coletiva gera ainda mais condições para ampliar o debate sobre nossas ideias e objetivos. Esta parece ser a tendência futura também nas ciências humanas.

Desconstruir um texto a fim de melhor compreendê-lo é um ato científico importante para se retirar dele o máximo possível de seu conteúdo. Desconstruir é ver o texto como um território, o que significa respeitar o pensamento do autor, mas não se limitar a ele. O debate paradigmático é imprescindível nesta desconstrução, e a procura dos desdobramentos do texto, na realidade, fundamenta a relação material/imaterial. Esta é uma parte que desenvolveremos após as leituras dos textos.

Os textos são fragmentos da política e da ação. São materialidade e imaterialidade em movimento. Produzem e são políticas, visões de mundo que transformam a realidade, que volta a produzir um novo texto. Os territórios paradigmáticos são os textos que transformam o primeiro, o segundo e o terceiro territórios.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo- Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec-ANPOCS-Editora da Unicamp, 1992.

ARENDETT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *Paradigmas em disputa na educação do campo*. Relatório de qualificação de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. 2013.

CAMPOS, Janaína Francisca de Souza. *Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo*. Tese (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. 2012.

CARVALHO, Horácio Martins. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DELANEY, David. *Territory: a short introduction*. Pondicherry: Blackwell, 2005.

DELEUSE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ELDEN, Stuart. "Land, terrain, territory." In: *Progress in Human Geography*. Vol. 34(6), p. 799-817, 2010.

ELDEN, Stuart. *The birth of territory*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário*. Tese (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Tese de livre-docência (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Conflitualidade e desenvolvimento territorial." In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária." In: *Boletim Paulista de Geografia*, v. 1, p. 83-129, 1999.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GOTTMANN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JAPIASSU, Hílton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

KAYSER, Bernard. "O geógrafo e a pesquisa de campo." In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 84, São Paulo, AGB, p. 93-104, 2006.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LACOSTE, Yves. "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos." In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 84. São Paulo, AGB, p. 77-93, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. "A geografia agrária e as transformações territoriais recentes do campo brasileiro." In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires-São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Editora Expressão Popular, 2007.

